



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ARP nº **004/2021**

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 044/2021

Processo nº 2021-9R771

Pelo presente instrumento, O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio do **Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo**, doravante denominado CBMES, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.133.636/0001-37, com sede na Rua Tenente Mario Francisco de Brito, 100, Enseada do Suá, Vitória, Espírito Santo, CEP – 29.050-555, representada legalmente pelo seu Sub Comandante Geral, Felix Gomes Martins, brasileiro, casado, militar estadual, CPF/MF nº 016.960.087-43, residente e domiciliado na Rua Rio Branco, nº 415, apto 1101, Ed. Gustave Flaubert, Praia da Costa, Vila Velha, ES, CEP 29101-130, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº. 044/2021, RESOLVE registrar os preços das empresas Nathalia D Felipe MP Comércio Vestuário Eireli. **(1ª COLOCADA)**; Workwear Ltda EPP **(2ª COLOCADA)**; Unisul Comércio Eireli. **(3ª COLOCADA)**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual 1.790-R/2007, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

**1 - DO OBJETO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Anexo I e anexo II do Edital.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) Anexo A – Especificação dos preços;
- (b) Anexo B – Minuta de Ordem de Fornecimento;
- (c) o Edital e todos os seus Anexos;
- (d) a Proposta Comercial da Contratada.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

## **2 - DO PREÇO**

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irremovíveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## **3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

3.1.1 - Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.1.2 - Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;

3.1.3 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;

3.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

3.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 - Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.5.3.2 - O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

3.5.3.3 - Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.5.3.4 - A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 - Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência e Procuradoria Geral do Estado, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

**4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 - Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.2 - Não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

4.1.1.3 - Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

4.1.1.4 - Incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

**5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos veículos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3 - O pagamento far-se-á por meio de faturas correspondentes ao quantitativo adquirido.

5.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

5.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

**6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS**

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o primeiro dia útil após a publicação do resumo do contrato no Diário Oficial e como termo final o recebimento definitivo dos exames realizados à Administração, observados as condições estabelecidas no Anexo I, e sem prejuízo para a qualidade mínima dos serviços atestados.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

**7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

**8 - DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO.**

8.1 - O termo de contrato constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2- Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até **05 (cinco)** dias úteis.

8.3- A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4- Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

**9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO EQUIPAMENTO**

9.1 - A entrega do objeto do contrato dar-se-á no prazo máximo de **90 (noventa) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da autorização de compras.**

9.2 - O produto será entregue em dias úteis, nos horários de 13:00 às 17:00h, no seguinte endereço: **ALMOXARIFADO CENTRAL DO CBMES - Rua Holdercim, nº 1.012, Civit II, Serra, ES, CEP: 29168-066 (em frente à Incospal Construções).**

9.3 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

9.3.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.





## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

9.3.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.4 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.6 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### 10 - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

10.1 - Os produtos objeto deste Registro de Preços terão garantia de, no mínimo, **01 (um) ano**, contados a partir da data da entrega dos mesmos.

### 11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 - Compete à Contratada:

- a. entregar os equipamentos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;
- b. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c. manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- d. garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia.
- e. Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.

11.2 - Compete à Contratante:

- 1) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- 2) definir o local para entrega dos equipamentos adquiridos;
- 3) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

**12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

12.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

12.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

12.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 10.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

12.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

(a) advertência;

(b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

(c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;

(d) impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

(e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a





## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

12.2.1 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”; “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

12.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

12.2.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

12.2.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- (a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- (b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- (c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8666/1993;

(d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

12.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

12.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

12.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

### **13- DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA**

13.1 - Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

13.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

13.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

### **14 - DA RESCISÃO**

14.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

### **15 - DOS ADITAMENTOS**

15.1 - A presente Ata não poderá ser aditada.

### **16 - DOS RECURSOS**

16.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

### **17 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

17.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo(a) Diretoria de Operações (DOP), designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

**18 - DO FORO**

18.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória/ES, 23 de AGOSTO de 2021.

---

**Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo - CBMEES**

---

NATHALIA D FELIPE - MP COMERCIO DE VESTUARIO EIRELI (1ª COLOCADA)

---

WORKWEAR LTDA. (2ª COLOCADA)

---

UNISUL COMERCIO EIRELI (3ª COLOCADA)



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

**ANEXO "I" DA ARP**

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 004/2021, celebrada entre o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo e as empresas cujos preços estão a seguir registrados por lote, em face à realização do Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 044/2021:

**Lote 1 - NATHALIA D FELIPE - MP COMERCIO DE VESTUARIO EIRELI (1ª COLOCADA);**

Lote	Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Valo Unitário	Valor Total Registrado
LT 001	1	Exclusivo cbmes: passadeiras de ombro bordadas conforme especificações técnicas no termo de referência. Patentes de comandante a subtenente.	PAR	Própria	1224	R\$ 14,80	R\$ 18.115,20
LT 001	2	Exclusivo cbmes: divisas de braço bordadas conforme especificações técnicas no termo de referência.	PAR	Própria	5112	R\$ 11,00	R\$ 56.232,00
LT 001	3	Exclusivo cbmes: tarjetas de identificação bordadas conforme especificações técnicas no termo de referencia	UNIDADE	Própria	5024	R\$ 5,50	R\$ 27.632,00
							R\$ 101.979,20



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

**Lote 1 - Workwear Ltda EPP. (2ª COLOCADA);**

Lote	Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Valo Unitário	Valor Total Registrado
LT 001	1	Exclusivo cbmes: passadeiras de ombro bordadas conforme especificações técnicas no termo de referência. Patentes de comandante a subtenente.	PAR	Própria	1224	-	-
LT 001	2	Exclusivo cbmes: divisas de braço bordadas conforme especificações técnicas no termo de referência.	PAR	Própria	5112	-	-
LT 001	3	Exclusivo cbmes: tarjetas de identificação bordadas conforme especificações técnicas no termo de referencia	UNIDADE	Própria	5024	-	-
							R\$ 113.900,00

**Lote 1 - Unisul Comércio Eireli (3ª COLOCADA);**

Lote	Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Valo Unitário	Valor Total Registrado
LT 001	1	Exclusivo cbmes: passadeiras de ombro bordadas conforme especificações técnicas no termo de referência. Patentes de comandante a subtenente.	PAR	Própria	1224	-	-
LT 001	2	Exclusivo cbmes: divisas de braço bordadas conforme especificações técnicas no termo de referência.	PAR	Própria	5112	-	-
LT 001	3	Exclusivo cbmes: tarjetas de identificação bordadas conforme especificações técnicas no termo de referencia	UNIDADE	Própria	5024	-	-
							R\$ 190.648,00



## ASSINATURAS (4)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**MARIA ANÁLIA CASAGRANDE GUEDES HERPIS**

CIDADÃO  
assinado em 30/08/2021 13:27:09 -03:00

**FELIX GOMES MARTINS**

SUBCOMANDANTE GERAL BM  
BMDGP - CBMES - GOVES  
assinado em 26/08/2021 12:04:25 -03:00

**TATIANA MARTINS**

CIDADÃO  
assinado em 26/08/2021 09:03:10 -03:00

**NATHALIA DIAS FELIPE**

CIDADÃO  
assinado em 26/08/2021 13:11:07 -03:00



### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 30/08/2021 13:27:10 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por MELLINA SUARES MITROGIANNIS (AUXILIAR BM - BMSCC - CBMES - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-3CGX2C>

**Polícia Civil - PC-ES -****AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 083/2021**

Órgão: Polícia Civil do Espírito Santo

**Processo E-DOCS 2021-D0CQ7****Objeto:** Material para a Divisão de Tecnologia da Informação**Valor Estimado: R\$ 84.882,46**

Acolhimento das propostas: 31/08/2021 às 14:00 h até 16/09/2021 às 09:50 h

Abertura das propostas: 16/09/2021 às 10:00 h

Abertura da sessão pública: 16/09/2021 às 10:00 h

O certame será realizado por meio do sistema SIGA, estando o edital disponível no endereço [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br)**Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA**conforme instruções contidas no endereço [www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores](http://www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores)Contato: [cpl@pc.es.gov.br](mailto:cpl@pc.es.gov.br), telefone (27) 3137-9059.

Marília Brostel Corrêa Meneghim

Pregoeira

**Protocolo 707246****AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 066/2021**

Órgão: Polícia Civil do Estado do Espírito Santo / PCES

**E-Docs nº 2021-W026L****Objeto:** aquisição de equipamentos de tecnologia - painel gráfico vídeo wall e outros**LOTE ÚNICO** Empresa vencedora

WP COMPANY COMERCIO E SERVICOS TECNOLOGIA LTDA - ME

**Valor Global do lote** R\$60.990,00

O referido lote foi devidamente homologado pela Autoridade Competente em 27/08/2021.

Contato: e-mail [cpl@pc.es.gov.br](mailto:cpl@pc.es.gov.br) ou telefone (27)3137-9059

Marília Brostel Corrêa Meneghim

Pregoeira / PCES

**Protocolo 707315****AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO nº 057/2021****REGISTRO DE PREÇOS**

Órgão: Polícia Civil do Estado do Espírito Santo / PCES

**E'Docs Nº: 2021-W90ZP****Objeto:** registro de preços para aquisição de Lençol plástico e Cobertura de Cadáveres**LOTE único - Empresa vencedora:** DA CRUZ COMERCIO E REPRESENTACOES DE

MEDICAMENTOS EIRELI valor registrado do lote de R\$ 21,28

quantitativo estimado: item 1 -5600 unidades item 2 - 9640 unidades (para todos os órgãos participantes)

O referido lote foi devidamente homologado pela Autoridade Competente em 24/08/2021.

Contato: e-mail [cpl@pc.es.gov.br](mailto:cpl@pc.es.gov.br) ou telefone (27)3137-9059

Marília Brostel Corrêa Meneghim

Pregoeira / PCES

**Protocolo 707897****Corpo de Bombeiros Militar - CBM-ES -****AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO****O CBMES** torna público o resultado da seguinte licitação:**Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 51/2021** - Processo nº 2021-DT21J, objetivando o registro de Preços para aquisição de veículo do tipo ABS (AUTO BOMBA E SALVAMENTO).

Empresa desclassificada: TRIEL-HT INDUSTRIAL E PARTICIPACOES S/A. Não houve participação de demais empresas. Resultado: Fracassado pela primeira vez.

Vitória, 30/08/2021

Pregoeiro do CBMES

**Protocolo 707750**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE IDENTIFICAÇÕES MILITARES - CBMES Nº 004/2021.

**Órgão:** Corpo de Militar do Estado do Espírito Santo - CBMES

Processo licitatório Nº: 2021-9R771

Edital: Pregão Eletrônico Nº 044/2021

Lote único

**Objeto:** Aquisição de identificações militares - CBMES.Empresas Vencedoras: **(1ª COLOCADA)** Nathalia D Felipe MP Comércio Vestuário Eireli, CNPJ 30.950.184/0001-11, valor global do lote: R\$ 101.979,20; **(2ª COLOCADA)** Workwear Ltda EPP, CNPJ: 04.344.704/0001.32, valor global do lote: R\$ 113.900,00; **(3ª COLOCADA)** Unisul Comércio Eireli, CNPJ: 17.504.052/0001-06, valor global do lote: R\$ 190.648,00.

Vigência: prazo de vigência é de um 01 (um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br).**Responsável pela assinatura:** Félix Gomes Martins - Cel BM**Cargo:** Subcomandante Geral**Protocolo 707520****Secretaria de Estado da Educação - SEDU -****AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico Nº 042/2021 - REEDIÇÃO****Órgão/Entidade:** Secretaria de Estado da Educação-SEDU**Processo Nº:** 2020-J7DW2**Objeto:** Registro de Preços para aquisição de webcam e headset, destinados ao atendimento de auditórios, salas de reuniões e servidores que necessitam de participar de reuniões virtuais na Unidade Central, Superintendências Regionais de Educação e Conselho Estadual de Educação, conforme condições e especificações constantes no Edital e Anexos.**Valor global estimado:** R\$821.271,00



#### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 31/08/2021 13:33:28 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por MELLINA SUARES MITROGIANNIS (AUXILIAR BM - BMSCC - CBMES - GOVES)  
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-T3WPZM>